

# Estudos no âmbito da educação e do trabalho rural no Brasil

*Maria Julieta Costa Calazans\**

*Hélio R. S. Silva\**

*Luiz Felipe Meira de Castro\**

*1. Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil; 2. Os produtos da pesquisa; 3. Notas para uma discussão; 4. Trabalhos que justificam a formação de um núcleo de estudo, no âmbito rural, no IESAE.*

## 1. Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil

O *Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil*<sup>1</sup> (iniciado no IESAE em 1978) pretende ser uma reconstituição da memória das iniciativas do setor público, e das iniciativas do setor privado (em curso) que traga à luz toda uma experiência educacional, ponderável para qualquer estudo conseqüente da história da educação no Brasil.

A permanente atenção que a questão da educação para o meio rural, em suas diversas espécies, vem suscitando junto ao poder público e à iniciativa privada tende sempre a se complexificar e se enriquecer, mediante o conhecimento de experiências passadas ou contemporâneas que enfrentaram problemas comuns com soluções muito próximas ou diversas. Em qualquer dos casos, seu conhecimento torna-se relevante, porque pode apontar limites para aquelas soluções, ou novos rumos contidos nestas.

A pesquisa tem um caráter histórico, o que possibilita a percepção dos fenômenos e sua sucessão. Assim sendo, a metodologia e as técnicas empregadas buscam uma compatibilidade com esta característica.

\* Professores no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getulio Vargas.

<sup>1</sup> Reconstituição da memória das iniciativas na educação rural, procurando identificar os aspectos metodológicos que viabilizam a execução das referidas iniciativas e os resultados atingidos.

O trabalho comporta um minucioso levantamento bibliográfico e documental, de tal maneira que a própria bibliografia constitua-se ao lado do panorama esboçado uma fonte de referência e orientações, a suscitar novas pesquisas e a promover reflexões inovadoras sobre o tema.

Tal bibliografia e relação de documentos não é um mero acervo de um saber já constituído e organizado, mas uma sistematização de artigos, documentos, revistas, boletins, etc., em sua maior parte não conhecidos e pouco citados.

O trabalho se desdobra em considerações a respeito das transformações na sociedade brasileira e, portanto, a tentativa de descobrir de que modo o econômico, o político, o social e o ideológico atuam e interagem no setor rural especificamente e na estrutura social global.

## 2. Os produtos da pesquisa

Em geral, constituem-se tais produtos em caracterizações de programas e análises internas de programas isolados (embora a vinculação com o contexto não seja ainda feita sistematicamente), ou com outros programas que deles se aproximam por afinidades que indiquem filiações ou correspondências.

No âmbito do *Estudo retrospectivo*, já foram concluídos alguns estudos parciais, conforme a listagem a seguir:

A. *Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil*. Rio de Janeiro, mar. 1979. 212 p. Órgão financiador: Inep. (Mapeamento de Projetos Programas do Setor Público).

Esse relatório reúne informações sucintas sobre dezenas de programas e projetos implantados no Brasil dos anos 30 aos dias atuais. As indicações rápidas dessas iniciativas, embora não ofereçam detalhes que permitam um conhecimento mais pormenorizado de cada uma, indicam os marcos-identificação das origens, objetivos, papéis dos programas e projetos que segundo a documentação disponível situam-se como os de maior importância no período proposto para o estudo. Focaliza os antecedentes de propostas educacionais em áreas desenvolvidas em programas e projetos setoriais, tais como núcleos coloniais, colônias agrícolas nacionais, cooperativas, centros sociais rurais, serviço especial de saúde pública, aldeias rurais, entre outros.

A seguir, esboça os traços fundamentais da década de implantação de programas nacionais em áreas rurais (1948 – 1957), detendo-se nos seguintes programas: Campanha Nacional de Educação Rural, Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Serviço Social Rural e Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Após dedicar um capítulo ao Ensino Regular em Áreas Rurais, conclui o trabalho um exame das ações educacionais nos projetos integrados em áreas rurais (Projetos Rurais Integrados promovidos pelo Ibra/Incra e Projetos Integrados inspirados no II PND) e um levantamento dos programas e projetos de educação rural nos últimos 15 anos (Programas de Formação Profissional Rural, Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional, Programa Diversificado de Ação Comunitária, Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária, Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, Projeto Rondon, Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares, Fundação SESP, Programas e Projetos de âmbito estadual).

B. *Caracterização de programas de educação rural no Brasil* – algumas experiências das três últimas décadas – 1980/81. Órgão financiador: Pronasec.

Primeiro relatório: *Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e Serviço Social Rural (SSR)*. Rio de Janeiro, jan. 1981. 86 p.

Contextos internacional e nacional em que surgiram CNER e SSR, criados legalmente, – o primeiro em maio de 1952 e o segundo em setembro de 1955.

Descrição da Experiência de Itaperuna (1950), laboratório comum às duas instituições. Caracterização da prática da CNER, até 1959, e da prática do SSR, até 1962, detendo-se no processo de sua criação, bastante elucidativo quanto à natureza e limitações do órgão.

Finalmente, são discutidas algumas questões nevrálgicas para a história e prática das duas instituições, tais como as relações entre guerra fria no contexto internacional e educação rural no Brasil; integração x localismo: a superposição de esforços por parte das instituições criadas à época para atuarem no meio rural; e, finalmente, o significado da promoção do clubismo, como forma associativa em face dos valores locais.

Segundo relatório: *Projetos de Desenvolvimento Regional Integrado (Nordeste, 1960 – 1980)*. Rio de Janeiro, abr. 1981. 86 p.

Trata da adoção na região Nordeste do país da idéia de pólo de desenvolvimento, preconizada por François Perroux, entre outros, e procura caracterizar os esforços pautados naquela idéia, promovidos pela Sudene na década de 60 (Projeto de Povoamento do Maranhão, Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe e Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e as ações sócio-educativas no desenvolvimento integrado para áreas rurais na década de 70 (Polonordeste).

Terceiro relatório: *Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene e Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1981. 69 p.

Mepes (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo).

Discute os traços fundamentais da experiência em curso no Espírito Santo, e promovida pelo Mepes, de desenvolver um processo educacional, baseado no princípio da alternância escola-família, com a finalidade de dotar os conteúdos educacionais de um vínculo necessário com o contexto em que vive o educando.

Fidene (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado).

À luz da literatura produzida no âmbito da Fidene (Ijuí/RS), procura-se resumir as principais realizações da instituição, bem como seus objetivos e métodos explícitos.

Adendo aos relatórios parciais: *Concepções educativas que permeiam algumas das experiências das três últimas décadas*. Rio de Janeiro, 1981. 32 p.

Documento no qual se elabora um apanhado teórico-metodológico apreendido das propostas de educação para o meio rural descritas nos três relatórios anteriores. Procura-se refletir sobre o perfil da prática educacional das instituições indicadas nos relatórios, perseguindo os objetivos deste estudo retrospectivo.

C. *Estudo retrospectivo dos programas de educação rural no Brasil*. 1981. Órgão financiador: Inep.

Primeiro relatório: *Cadastro de programas de educação em áreas rurais vinculados a instituições públicas e programas vinculados a instituições privadas*. Rio de Janeiro, 1981. 56 p.

Informações sucintas sobre 49 programas (25 do setor público e 24 do setor privado), fornecendo seus endereços, tipos de programas desenvolvidos, tipo de clientela atingida, objetivos declarados e área de atuação.

Segundo relatório: *Serviço de Assistência Rural (SAR) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)*. Rio de Janeiro, jul. de 1981. 113 p.

A Fase tem como finalidade básica criar ou estimular movimentos e organismos para promoção do desenvolvimento global participativo do homem, a partir da comunidade. Esse relatório oferece uma visão histórica do desenvolvimento documentário; histórico da Fase; seus fundamentos teóricos e sua metodologia, e, finalmente, uma resenha das atividades desenvolvidas pela instituição.

Quanto ao SAR, esboça-se um pormenorizado relato de suas atividades nas décadas de 60 e 70, baseado em relatórios da instituição.

Quanto à década de 50, procura-se delinear os contornos básicos da instituição, contextualizando-se o movimento no período, sem contudo penetrar em detalhes operacionais, em face da escassez de recursos para pesquisa nos arquivos da instituição.

Criado em 1949, o SAR foi, a princípio, um movimento que desenvolvendo ações sociais se propunha realizar uma renovação pastoral. Posteriormente, o SAR passou a contemplar também ações sociais, dando uma ênfase especial ao aspecto educativo, com trabalhos voltados para a comunidade. O objetivo visado nessas ações era a "inovação" cultural, a transformação do *ethos* social: concepção, valores, atitudes, padrões de comportamento etc. (Também conhecido como "O Movimento de Natal".)

Discute-se, ao final, a questão das transformações sofridas pelo SAR ao longo das três décadas.

Terceiro relatório: *Programas públicos e privados de ações para a comunidade e educação e cooperativismo em áreas rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, dez. 1981. 92 p.

Na primeira parte, faz-se um estudo das concepções que nortearam os esforços de desenvolvimento comunitário no Brasil nas décadas de 50, 60 e 70.

Já na segunda parte são examinadas as concepções educacionais no âmbito do cooperativismo brasileiro. Aqui se discutem questões como o alcance do cooperativismo; as principais conclusões que interessam ao estudo da educação da Pesquisa Sócio-Econômica das Cooperativas de Produtores e de Produção Agrícola Brasileiras, realizada pelo Ministério da Agricultura/Planave; alternativas para a educação cooperativista.

*D. Análise dos pressupostos que fundamentam as ações do Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (Pronasec) e do Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (Prodasec).* Rio de Janeiro, jun. 1982. 45 p. Órgão financiador: Pronasec/Prodasec.

Avaliação da congruência interna das propostas destes recentes programas, elaborados no âmbito do Ministério da Educação e Cultura.

### **3. Notas para uma discussão**

Sem pretender tirar conclusões de um trabalho que vem sendo realizado até o momento, procurando identificar formas educativas nos programas e projetos desenvolvidos no meio rural brasileiro, algumas considerações podem ser tecidas sobre determinadas persistências já detectadas na fase atual da pesquisa. Vale a pena iniciar com questões pertinentes aos programas examinados, que contemplam ações atualmente em curso. Tais programas são conhecidos pelas siglas Prodasec/Pronasec e preconizam um planejamento com base territorial.

A partir deste aspecto, efetuar-se-ão alguns reparos capazes de uma relativa abrangência em torno dessa questão vital: como atingir com eficácia as populações destinatárias dos programas?

Uma questão central que perpassa todas as experiências se reporta ao âmbito de abrangência que "devem" constituir o palco da ação dos programas e projetos — contornos sócio-culturais. Estes contornos são geralmente definidos tendo como pressuposto um núcleo — "aldeia rural", "missão rural" (municipal), "área integrada", "pólo de desenvolvimento" — que possa ser transformado em multiplicador que irradie os resultados da ação para o contexto mais amplo (do municipal ao nacional).

O próprio MEC já advertiu para o alcance restrito da perspectiva com base espacial. Esta pode ser relevante na consideração de certas questões. Tais como pensar

numa dada área a relação entre os equipamentos educacionais e sua capacidade de atendimento, por um lado, e a estimativa populacional das faixas etárias a serem atendidas por outro; ou estabelecer prioridades quando os recursos financeiros não são suficientes para sustentar o esforço de atendimento de todas as necessidades. Ora, o escopo dos programas examinados é bastante amplo, seus objetivos bem mais ambiciosos, abarcando dimensões do social muito para além do tipo de problema sugerido nos dois exemplos extraídos do documento do MEC.

E, nesse sentido, pode-se questionar a relevância — a não ser como definidora de prioridades — do apoio no planejamento com base espacial para justificar o complexo procedimento proposto.

Vale lembrar que, no âmbito do próprio MEC, iniciou-se, nos fins da década de 40, um programa para áreas rurais (a Campanha Nacional de Educação Rural — CNER) que também em função da carência de recursos procurava atuar em municípios-modelos, áreas típicas. A experiência de Itaperuna, em que estiveram envolvidos tanto a CNER quanto o Serviço Social Rural (SSR) ilustra muito bem as concepções então em jogo. Durante dois anos Itaperuna serviu como laboratório onde se desenvolviam experiências — testes de modo a fundamentar programas (SSR, CNER) em escala nacional.

Estávamos, então, no auge do florescimento dos chamados estudos de comunidade, tanto nos EUA quanto no Brasil. A idéia básica era a de que a comunidade constituía um microcosmo a refletir, reproduzir, conter as propriedades básicas, as dimensões essenciais da sociedade como um todo. Nesta perspectiva, Itaperuna era o Brasil. Claro que há, aí, uma convergência entre tais postulados altissonantes e a dura realidade expressa na carência de verbas para um programa que atingisse o país como um todo, ou que pudesse testar suas premissas em quatro, cinco ou 10 municípios.

Lembremos um outro momento: década de 60. Época de surgimento da Sudene e do início de um esforço para reduzir as disparidades regionais.

Consiste na idéia dos pólos de desenvolvimento, áreas previamente escolhidas por conterem potencialidades capazes de dotá-las de maior poder de resposta aos projetos implantados, e mais, podendo, no futuro, constituir focos de irradiação do desenvolvimento.

Tratava-se aqui de selecionar áreas a partir de um diagnóstico prévio, que permitisse aos técnicos da Sudene atuar sobre pontos sensíveis aos estímulos, pontos ne-

válgicos de irradiação, isto é, potencialmente capazes de suscitar um espriar das transformações positivas de ordem econômica.

Finalmente, nos inícios da década de 80, ante o avassalador êxodo rural — questão, aliás, premente na década de 40 e objeto de longas reflexões tanto no âmbito da CNER, quanto do SSR — o mesmo pode ser afirmado em relação à Sudene com seus pólos de desenvolvimento.

Na década de 50 confiava-se muito no poder corretor da educação em si mesma. Agora já se trata de uma visão bem mais complexa que desconfia, como o próprio documento criador dos programas afirma, da concepção messiânica da educação.

E, além do mais, tem o grande mérito de denunciar o planejamento centralizado, propondo a “participação”.

Neste passo, confúdo, limitemo-nos à questão do planejamento com base espacial. Uma breve incursão histórica deixará claro que os inegáveis avanços, relativos aos procedimentos críticos que se alimentaram, inclusive das experiências pretéritas, não eludem à questão crucial de que, apesar de êxitos parciais e/ou temporários, esses programas — e são dezenas — fracassaram em seus propósitos mais generosos e amplos. E talvez porque em nossa experiência dos últimos 50 anos nunca pudemos (ou soubemos) atacar o problema globalmente. A questão crucial não é exatamente a da consistência interna de um discurso teórico. A questão nos parece de diagnósticos que, evidentemente, terminam por implicar um problema teórico.

Na década de 50, a idéia corrente expressava-se nas reiteradas declarações em torno de uma carência total das populações rurais. Tal concepção é denunciada nas próprias justificativas da criação do Pronasec/Prodasec.

Hoje, se fala em trabalhar sobre os “elementos” locais.

Houve um avanço. Implicitamente, nos programas da década de 50 tratava-se de lidar com populações “sem cultura” ou com “valores culturais errados”.

Preconiza-se, pois — avançando, é claro, na medida em que se respeitam valores locais e não se consideram as populações-alvo absolutamente vazias — a articulação de tais elementos sobre uma base espacial.

Note-se que houve um avanço. Mas que tal avanço é infinitamente pequeno em função das questões que hoje despertam interesse nas ciências da cultura. Se no



âmbito da CNER os valores locais não tinham sentido, no âmbito do Pronasec o sentido dos valores locais (elementos) constitui a matéria-prima de um meta-valor (integração) a ser promovido pelo programa.

Ora, a cultura só pode ser entendida como um metacódigo, isto é, um código dos códigos.<sup>2</sup>

O valor dos valores locais não poderá ser imanente aos elementos e, quando estes são integrados, na verdade estarão sendo apenas rearticulados. Isto porque a desintegração, na maior parte das vezes, não passa de uma integração obscura... para o observador.

#### **4. Trabalhos que justificam a formação de um núcleo de estudo, no âmbito rural, no IESAE**

O Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, no intuito de se manter como um centro de altos estudos no campo educacional, procura promover uma integração orgânica entre pesquisa e ensino. Dentre seus diversos núcleos de pesquisa, está se reforçando uma temática que dá lugar à formulação de um novo núcleo de estudo e pesquisa intitulado *Educação para o meio rural*. Neste âmbito, ao lado do *Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil*, vêm-se realizando, por docentes e discentes, trabalhos dos quais destacamos pesquisas, seminários, bem como produção acadêmica vinculada direta ou indiretamente com a área em questão.

Nos anexos a seguir essa produção é listada de forma a permitir ao leitor uma visão global e abrangente das atividades do Instituto neste campo; (anexo 1, seminários; anexo 2, artigos em livros e periódicos; anexo 3, dissertações de mestrado; anexo 4, pesquisas no IESAE pertinentes às problemáticas do trabalho e de educação no meio rural).

<sup>2</sup> Viveiros de Castro, Eduardo Batalha & Velho, Gilberto. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas. *Artefato*, 1(1), 1978.

## Anexo 1

### Ciclo de seminários sobre o meio rural e educação\*

Coordenação: *Maria Julieta Costa Calazans, Cândido Grzybowski e Sonia Ribeiro Moreira.*

*Primeiro Seminário* – O Ensino de 1º Grau no Meio Rural (Rio de Janeiro, IESAE–FGV/CNPq, 25–27 ago. 1981).

Constaram do 1º seminário os seguintes trabalhos que se encontram publicados em *Notas de Seminários I (meio rural e educação)*. Rio de Janeiro, Achiamé/Anped/CNPq, 1982:

- Ciclo de seminários sobre o meio rural e educação (Cândido Grzybowski, p. 3–6).
- Percepções da população rural sobre a escola (João Bosco Pinto, p. 7–17).
- A problemática do ensino de 1º grau no meio rural e alternativas pedagógicas (Paolo Nosella, p. 18–20).
- Escola de produção comunitária: uma proposta de desenvolvimento rural integrado tomando a escola como centro (José Arapiraca, p. 21–40).
- Encerramento (Cândido Grzybowski, p. 41).

*Segundo Seminário* – Extensão Rural e Formação Profissional (Rio de Janeiro, IESAE–FGV/CNPq, 14–16 out. 1981).

Constaram deste 2º seminário os seguintes trabalhos que se encontram publicados em *Cadernos Anped 1 (Notas do Seminário II)*. Rio de Janeiro, Anped/CNPq, 1982:

- A extensão rural face à problemática da pequena produção no Brasil (Romeu Padilha Figueiredo, p. 5–10).
- A formação profissional de trabalhadores assalariados e pequenos produtores rurais (Divonzir Arthur Guzzo, p. 11–6).

\* Rio de Janeiro, IESAE–FGV/CNPq, 1981.

- Extensão rural: para que e para quem serve (Oriovaldo Queda, p. 17–22).
- Tecnologia de pequena produção no desenvolvimento rural (João Bosco Pinto, p. 23–35).
- Considerações acerca da formação profissional rural no Brasil (José Orlando de Souza, p. 36–40).

*Terceiro Seminário*: – Educação Popular no Meio Rural (Rio de Janeiro, IESAE–FGV/CNPq, 9–11 dez. 1981).

Constaram deste seminário os seguintes trabalhos que se encontram publicados em *Cadernos Anped 2 (Notas do Seminário III)*. Rio de Janeiro, Anped/CNPq, 1982:

- Educação popular no meio rural (Cândido Grzybowski, p. 5–6).
- Notas para discussão sobre educação popular no campo (Jean Pierre Leroy, p. 7–10).
- O Mobral e a educação no meio rural (Renato Barbosa, p. 11–9).
- Tendências da educação popular na década de 80 no meio rural (Ary Martendal, p. 20–4).
- Aprender a dizer a sua palavra (anotações do alfabetizador de adultos) (Carlos Brandão, p. 25–33).

## **Anexo 2**

### **Artigos em livros e periódicos**

Calazans, Maria Julieta Costa. Cuestiones de la aducción del pueblo en la región Nordeste del Brasil. In: Unesco. *América Latina y el Proyecto Principal de Educación*. México, Consejo Nacional Técnico de la Educación, 1982. p. 105–39.

———. Estrategias de alfabetización aplicadas en el nordeste brasileño. In: Seminario Regional sobre Estrategias Nacionales de Alfabetización en el Marco del Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe, Quito, 19–27 oct. 1981. *Informe final*. Santiago de Chile, Unesco/Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, 1981; Nagel, Jose & Rodriguez, Eugenio. *Alfabetización: políticas y estrategias en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, Unesco/Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, s. d.

———. Participação de populações de áreas rurais no processo de planejamento de educação para o desenvolvimento rural integrado. In: Reunião Técnica sobre Metodologia de Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Integrado de Áreas Rurais, Brasília, 6–10 nov. 1978. *Anais*. Brasília, 1978.

———. Seletividade social no mundo rural brasileiro: uma proposta para estudo. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo, (14) : 107–38, dez. 1981.

———; Castro, Luiz Felipe Meira de & Silva, Hélio Raimundo Santos. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: Werthein, Jorge & Dias Bordenave, Juan, org. *Educação no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p. 161–99 (Coleção Educação e Comunicação, v. 5).

———; ——— & ———. *Relevância da educação, do cooperativismo e da ação comunitária no meio rural brasileiro*. Brasília, MEC/Inep, 1982. 53 p. (Circulação restrita.)

Grzybowski, Cândido. *Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural*. Trabalho apresentado à Reunião Anual da Anped 1983. Rio de Janeiro, 1983. mimeogr.

———. *A formação profissional de trabalhadores rurais na cana: o aprendizado no trabalho e na vida*. Rio de Janeiro, 1982. mimeogr.

———. Trabalhadores rurais e educação. In: FCA. Departamento de Economia Rural (Botucatu). *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, CNPq/UNESP/Polis, 1982. p. 306–22.

### **Anexo 3**

#### **Dissertações de mestrado**

##### *A. Podem ser colocadas no bojo das discussões*

Alessio, Atílio. *As relações entre os grupos rurais de Cruz-Alta – RS, num processo de modernização da estrutura produtiva*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Psicologia da Educação, 1981. (Eliezer Schneider, orientador.)

Fagundes, José. *Bozano, uma escola da comunidade; análise de uma experiência educacional com projetos*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Filosofia da Educação, 1977. 90 f (Durmeval T. Mendes, orientador.)

Fernandes, José Cândido. *Polonordeste: proposta educativa do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Ibiapaba – Ceará*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Filosofia da Educação, 1982. (Manoel de Jesus A. Soares, orientador.)

Kreutz, Arno. *O Projeto “João de Barro”; uma experiência oficial de educação popular no Maranhão*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Filosofia da Educação. 1982. 136 f. (Osmar Fávero, orientador.)

Martendal, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1980. 92 f. (Maria Julieta Costa Calazans, orientadora.)

Massarolo, Adelino. *A educação no meio rural de Barreiro – Ijuí – RS*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Psicologia da Educação, 1977. 165 f. (Luiz Antonio C. R. da Cunha, orientador.)

Matos, Maria do Carmo. *Educação e participação: tutela ou crescimento? Análise dos componentes educativos da proposta de planejamento participativo do Prodemata*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1983. (Gaudêncio Frigotto, orientador.)

Moreau, Altenides Caldeira. *O emprego de mão-de-obra técnico-agrícola na região cacauzeira do estado da Bahia*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1980. 155 f. (Maria Julieta Costa Calazans, orientadora.)

Pessotti, Alda Luzia. *Escola da família agrícola: uma alternativa para o ensino rural*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1978. 149 f. (Osmar Fávero, orientador.)

Ribeiro, Claudett de Jesus. *História de uma escola para o povo: Projeto João de Barro – Maranhão, 1967–74*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1983. 241 f. (Osmar Fávero, orientador.)

Sá, Orlando Kruschewsky de. *Caracterização do administrador rural da empresa agrícola cacaueteira da Bahia*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Psicologia da Educação, 1979. 116 f. (Luiz Felipe Meira de Castro, orientador.)

Vlasman, Petrus Maria. *Quinze anos de ação comunitária*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1977. (Claudio de Moura Castro, orientador.)

Zago, Nadir. *O professor unidocente na área rural: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, IESAE/Departamento de Psicologia da Educação, 1980. 190 f. (Lícia do Prado Valadares, orientadora.)

#### *B. Em curso*

Albuquerque, Maria José Ramos de. *A Escola Agrotécnica Federal de Manaus no contexto social da região, 1970-82*. (Maria Julieta Costa Calazans, orientadora.)

Carneiro, Ana Maria. *Análise das práticas e representações sobre a educação num contexto em transformação econômica – caso de Itamarandiba*. (Cândido Grzybowski, orientador.)

Gonçalves, Jorge Ricardo S. *Luta social e educação. A luta pela terra dos lavradores de Duque de Caxias – 1954-64*. (Maria Julieta Costa Calazans, orientadora.)

Manhães, Luiz Carlos Siqueira. *Colonização e conflito de terras do Maranhão*. (Maria Julieta Costa Calazans, orientadora.)

Melo, Maria Alice. *Implicações do processo de atuação da Universidade Federal do Maranhão no meio rural*. (Maria Julieta Costa Calazans, orientadora.)

Neubarth, Selina Maria Dal Moro. *A escola na trajetória da família dos pequenos produtores rurais*. (Cândido Grzybowski, orientador.)

Tavares, Maria das Graças Medeiros. *A educação dos trabalhadores rurais do sertão alagoano*. (Cândido Grzybowski, orientador.)

#### Anexo 4.

### Pesquisas no IESAE pertinentes às problemáticas do trabalho e da educação no meio rural

#### A. Trabalho rural e alternativa metodológica de educação

*Dimensionamento de necessidades e oportunidades de formação profissional.* (Convênio entre a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho (Senar) e a Fundação Getulio Vargas.)

Instituto de Estudos Avançados em Educação. *Trabalho rural e alternativa metodológica em educação. Dimensionamento de necessidades e oportunidades de formação profissional.* Primeiro e segundo relatórios de atividades. Rio de Janeiro, FGV/IESAE/EIAP-CPDA, 1980. 3v.

Situa como objeto específico as transformações no processo de trabalho e nas relações de produção na agricultura, a organização do mercado de trabalho rural e o papel da pequena produção com base no trabalho familiar e, em especial, as necessidades de formação profissional e as formas como estão sendo atendidas. Na primeira aproximação do problema do trabalho rural e das necessidades e oportunidades de formação profissional, faz uma análise geral em três níveis: a) analisa as determinações econômicas dadas pela dominação de blocos, tipos ou esfera da circulação do capital, bem como a capacidade de articulação política e de controle do estado pelas forças econômicas dominantes com vistas a viabilizar a consecução de seus interesses; b) explicita a problemática ligada ao trabalho rural — assalariados e pequenos produtores familiares — em seus aspectos econômicos, sociais e políticos, pelo estudo de suas formas de organização, suas reivindicações e seus posicionamentos frente ao processo de desenvolvimento da agricultura e ao problema de formação profissional; c) a análise restringe-se ao problema específico da formação profissional. Busca entender as condições em que se gera a necessidade de uma política e/ou programa de educação e formação profissional para a mão-de-obra rural, bem como as características das propostas que são formuladas quanto a sua clientela, seu conteúdo e seu método. Na segunda etapa, abre uma discussão crítica sobre a teoria que informa os programas de profissionalização. A teoria do capital humano estabelece uma relação linear entre educação, enquanto transferência de conhecimentos gerais e especificamente técnicos, e o processo de socialização em uma sociedade capitalista. Nesse contexto, enfatiza o papel da profissionalização e da qualificação para o trabalho como um aspecto da produção e reprodução da força de trabalho adequada a um nível de desenvolvimento das forças

produtivas em uma sociedade capitalista. Parte de uma análise dos problemas que o capital enfrenta em seu processo de valorização a partir dos meados dos anos 50 e dos determinantes econômicos na agricultura e as possibilidades de pactos diferenciados com as classes no campo. A partir dos problemas da acumulação de capital em geral e dos diferentes departamentos produtivos, busca nos planos governamentais o papel e as propostas que são reservadas para a agricultura. Assim, procura identificar os interesses de classes e frações de classes rurais que foram privilegiados pelas políticas econômicas voltadas para a agricultura. Mostra que o processo de acumulação de capital não se faz de forma a homogeneizar a base econômica e social na agricultura. Analisa, em seus aspectos de transferência de tecnologia, de qualificação profissional e de controle/dominação social, programas mais importantes de educação e transferência de tecnologia destinados aos trabalhos rurais, pequenos produtores e assalariados.

Fundação Getúlio Vargas. *O capital agroindustrial e a pequena produção agrícola familiar*. Texto de suporte da pesquisa Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação. Rio de Janeiro, IESAE/CPDA—EIAP, 1981. 120 p. Texto elaborado por Roberto José Moreira.

Enfatiza que a estrutura que assume o capital agroindustrial no processamento de matérias-primas de origem agrícola assume alta relevância na medida em que esclarece os mecanismos pelos quais os pequenos produtores familiares — objeto de estudo da pesquisa — são subordinados aos interesses do capital em geral e aos desígnios do capital industrial aplicado no processamento de matérias-primas de origem agrícola. Ressalta que houve no início dos anos 70 uma tendência à concentração e centralização do capital que atua na esfera industrial, aumentando o poder de controle desta esfera do complexo sobre as demais. Analisa algumas características de determinados complexos agroindustriais tais como: a) *da pecuária bovina de carne-frigoríficos*, esquematizando-a em várias etapas; b) *da pecuária leiteira-laticínios*; c) *do trigo-moinhos*; d) *das oleaginosas*; e) *do fumageiro*. Posteriormente objetiva explorar alguns estudos de casos para ressaltar a concretude e a complexidade dos processos econômicos e sociais que envolvem as relações entre os interesses que regem a etapa industrial dos diferentes complexos e os interesses dos pequenos produtores agrícolas familiares. Destaca no quarto capítulo o complexo industrial açucareiro, analisando as classificações das unidades produtivas, dados e conjunturas da agroindústria canavieira, incluindo condições e relações de trabalho.

Instituto de Estudos Avançados em Educação. *Trabalho rural e profissionalização*; análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de



Campos, RJ. Relatório final. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1981. Convênio entre a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho (Senar) e Fundação Getulio Vargas para execução do projeto *Trabalho rural e alternativa metodológica da educação*.

Revela os resultados da pesquisa de campo dirigida para o município de Campos, Estado do Rio de Janeiro; região escolhida por múltiplas razões atinentes à pesquisa. Trata, ainda, das transformações fundamentais que a economia regional vem sofrendo, com seus efeitos sobre a constituição do mercado de trabalho. Mais adiante, volta-se para as representações que os assalariados fazem de sua situação no mercado de trabalho e todo o saber que se gera em torno dos direitos, apontando a forma como estes lhes são roubados e os caminhos que se esboçam na luta por sua aplicação. Discute as representações do pequeno fornecedor de cana (produção básica da região) em face da sua subordinação à agroindústria açucareira, procurando mostrar, através dessas representações, o modo como a subordinação é vivida, as maneiras buscadas para contornar as rígidas determinações que ela compreende, além de discutir brevemente as problemáticas da ação (incluindo a ação conjunta com os proletários rurais) para a introdução de modificações nas condições de reprodução da pequena produção. Analisa o impacto das relações de trabalho sobre os processos de incorporação do conhecimento técnico. São examinadas as formas predominantes de transmissão desse conhecimento (o aprendizado no trabalho) e as formas institucionalizadas, e contrastados os discursos e programas dos agentes de formação profissional com as representações dos trabalhadores em relação à profissionalização e à educação em geral. Finaliza desenvolvendo alguns comentários sobre o objeto específico da pesquisa: a formação profissional rural.

### **Composição da equipe**

#### *Coordenadores*

Cândido Grzybowski (IESAE)  
Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/EIAP)  
Roberto José Moreira (CPDA/EIAP)  
José Wilken Pereira Bicudo (CPDA/EIAP)  
Maria Julieta Costa Calazans (IESAE)

#### *Pesquisadores*

Adonia Prado Marques Porto (IESAE)  
Fernando Morgado Moura (CPDA/EIAP)

Hélio Raimundo dos Santos Silva (IESAE)  
João Carlos Duarte (CPDA/EIAP)  
Luiz Felipe Meira de Castro (IESAE)  
Mauro da Cunha Bastos (CPDA/EIAP)  
Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/EIAP)  
Sônia Maria Ribeiro Moreira (IESAE)  
Margarida Maria Moura (CPDA/EIAP)  
Francisco Carlos Teixeira da Silva (CPDA/EIAP)

*Auxiliares de pesquisa*

Heloisa Helena de Luna Freire (IESAE)  
Regina Heredia Doria (IESAE)

*Alunos de pós-graduação que participaram do trabalho da equipe*

Ana Maria Motta Ribeiro (CPDA/EIAP)  
Cristina Maria de Araújo Macedo (CPDA/EIAP)  
Joaquim Calheiros Soriano (CPDA/EIAP)  
Manuel Antônio Mungya Payés (CPDA/EIAP)  
Zélio Franklin de Albuquerque (CPDA/EIAP)  
Arno Kreutz (IESAE)  
Célia Siqueira Junqueira (CPDA/EIAP)  
Claudett de Jesus Ribeiro (IESAE)  
Maria Alice Melo (IESAE)  
Maria do Carmo de Mattos (CPDA/EIAP)  
Mônica Sampaio Cavalcanti (CPDA/EIAP)

*Estagiários de graduação*

Cristina Xavier de Almeida Borges (IESAE)  
Luiz Carlos Barreto Lopes (IESAE)

B. *Estudo para a revisão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*. (Contrato nº 14/81—Mtb/FGV/IESAE.)

Instituto de Estudos Avançados em Educação. *Estudo para a revisão da Classificação Brasileira de Ocupações — CBO*. Rio de Janeiro, 1982. 3 v. (Trata especificamente de ocupações da agricultura, pecuária, silvicultura e extrativismo florestal e pesca.)

Na primeira parte discute os elementos básicos, de ordem teórica e técnico-metodológica de classificação ocupacional, analisa os problemas de tratamento das informações profissionais e esboça uma proposta metodológica que visa dar conta a um processo permanente de identificação, descrição e hierarquização de ocupações para a CBO. Na segunda parte consubstancia a etapa básica e fundamental do estudo, desenvolvendo uma proposta de classificação para o Grande Grupo 6 da CBO que tem como foco básico o desenvolvimento de uma estrutura ocupacional para o *setor primário*, capaz de apreender as mudanças econômicas e tecnológicas sofridas pelo setor. Desenvolve uma discussão teórica que representa o referencial sobre o qual a proposta de estruturação ocupacional do setor primário se apóia. A partir deste referencial, define os critérios adotados para a reformulação da estrutura ocupacional do setor primário e inclui uma nota explicativa para a compreensão da nova proposta. Apresenta a nova versão de estrutura desagregada do Grande Grupo 6 e, em anexo, inclui observações relativas à descrições de ocupações do setor primário, a título de exemplificação. Na terceira parte efetiva uma discussão sobre o setor informal de trabalho, dimensionando questões de ordem teórica e operacional. Tanto a análise das questões de ordem teórico-metodológicas, quanto as questões de ordem mais operacional que compõem esse tópico, convergem no sentido de que não procede uma distinção entre mercado formal e informal de trabalho, para fins de classificação ocupacional. No final, apresenta bibliografia consultada para a elaboração do trabalho.

## **Composição da equipe**

### *Coordenação*

Maria Julieta Costa Calazans

### *Pesquisadores*

Adônia Prado Marques Porto (docente pesquisador)

Carlos José e Silva (auxiliar de pesquisa)

Cristina Xavier de Almeida Borges (auxiliar de pesquisa)

Helio R. S. Silva (docente pesquisador)

Luiz Antônio Defáveri Pereira (auxiliar de pesquisa)

Luiz Felipe Meira de Castro (docente pesquisador)

Regina Heredia Doria (auxiliar de pesquisa)

Sônia Moreira (docente pesquisador)

*Consultores*

*Internos (professores do IESAE)*

Cândido Grzybowski

Gaudêncio Frigotto

*Externos (convidados)*

Dalton Moreira de Araújo – Senai

Hilda Fagundes – Senac

Marcílio Ribeiro Santana – Senar

Marcos de Matos Dodebei (consultor autônomo)

Roberto José Moreira (UFRRJ)

Sidney da Silva Cunha – Senac